

Cibercultura e redes institucionais: a busca da efetividade na inclusão através da educação digital cidadã

Nadja da Nóbrega Rodrigues

Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe
João Pessoa, PB, Brasil
+55 (83) 3612.1200
nadja.dnr@gmail.com

Mércia Rejane Rangel Batista

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Rua Aprígio Veloso, 882, Bairro Universitário
Campina Grande, PB, Brasil
+ 55 (83) 2101.1000
mercia.batista1@gmail.com

ABSTRACT

This article presents cutouts of a doctoral thesis that works the Digital Inclusion (DI) in educational contexts, based on partnerships established between federal, state and municipal educational institutions. The thesis is based on teaching, research and extension experiences that relate Information and Communication Technologies (ICTs) and DI in an interinstitutional case study involving IFPB and partners, such as municipal and state public schools. In this work, teaching, research and extension activities come together in attention to the assumptions of cyberculture to seek for the effectiveness in learning and use of ICTs, based on the relationships built and the sense of use of these technologies in their application context. At times, institutional actions relates to governments' public policies (federal or local). The results suggest that contemporary societies conform as networks supported by ICTs, but despite the inclusive discourses of DI, some actions develop the technique without connection to citizenship, reducing the reach of these technologies in human terms, restricting their social results. Effective digital education for inclusion requires sense for ICTs, respect to contexts, qualification in citizenship, horizontal relations between institutions and communities, and their protagonism in the cycles of actions.

RESUMO

Este artigo apresenta recortes de uma tese de doutorado que trabalha a Inclusão Digital (ID) em contextos educacionais, a partir de parcerias estabelecidas entre instituições de ensino federais, estaduais e municipais. A tese se baseia em experiências vivenciadas em ensino, pesquisa e extensão, e que relacionam Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e ID, em um estudo de caso interinstitucional que envolve o IFPB e parceiros, como escolas públicas municipais e estaduais. Nesse trabalho, atividades de ensino, pesquisa e extensão se unem na atenção aos pressupostos da cibercultura para busca da efetividade em aprendizagem e uso de TICs, a partir das relações construídas e do sentido de uso dessas tecnologias nos contextos de sua aplicação. Em alguns momentos, ações institucionais se relacionam a políticas públicas de governos (federal ou locais). Os resultados sugerem que as sociedades contemporâneas se conformam como redes apoiadas por TICs, mas apesar dos discursos inclusivos da ID, algumas ações desenvolvem a técnica sem conexão com a cidadania, diminuindo o alcance dessas tecnologias em termos humanos, restringindo seus resultados sociais. A educação digital efetiva para inclusão requer sentido para TICs, respeito a contextos, qualificação cidadã, relações horizontais entre

instituições e comunidades, protagonismo destas nos ciclos das ações.

Categories and Subject Descriptors

• **Social and professional topics** ~ **Information technology education**

General Terms

Human Factors.

Palavras-chave

Tecnologias de Informação e Comunicação, Inclusão Digital, Cibercultura.

1. INTRODUÇÃO

Em virtude da importância dada à cidadania e à inclusão social no discurso sobre Inclusão Digital (ID) no Brasil e, portanto, das expectativas geradas em torno das transformações potencialmente trazidas pelas tecnologias, aos incluídos digitalmente e às relações entre os agentes em toda a sociedade brasileira, torna-se necessário refletir sobre a relação entre ideologias e estratégias objetivas envolvidas nos processos que visam estabelecer as conexões entre tecnologias e grupos sociais.

Como forma de entender a cidadania e as ações de inclusão em uma sociedade extremamente desigual, deve-se observar, principalmente, como se moldam as relações entre seus agentes. Vivendo-se tempos em que o paradigma de sociedade em rede baseada em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) parece influenciar fortemente as relações entre os diversos grupos sociais, torna-se imprescindível entender como essas tecnologias apoiam a redefinição de aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Em outras palavras, refletir sobre a forma como as TICs e seus recursos (como hardware, software, dados e redes), podem apoiar a promoção da cidadania e a inclusão social implica compreender quais conceitos de cidadania e inclusão permeiam a sociedade brasileira, a partir de contextos e visões de mundo diferentes.

Análises sobre os processos sociopolíticos ao longo da história do Brasil sugerem que esse país foi “desenvolvido” a partir estratégias e ações autoritárias e/ou de interesses particulares, em detrimento do sentimento de solidariedade e de pertencimento a uma identidade maior. Qual seria a relação desse cenário com a ID? Os resultados de todo um passado de desigualdades e de negligência com diversos grupos sociais levaram a problemas de

desintegração e exclusão social. Em tempos de incorporação das TICs aos processos humanos, a ID parece trazer em seu discurso o resgate à cidadania e a promoção da inclusão a partir da ideia de que todos podem e devem participar dos processos contínuos de reconstrução da sociedade brasileira.

Em outras palavras, a teoria e a prática em projetos parecem ser orientadas por um discurso dominante que relaciona essas tecnologias à ideia de inclusão. Em consonância com esse discurso, a ausência desses aparatos materiais nos processos de promoção do desenvolvimento cognitivo e do conhecimento, e das ações sociais, representa o analfabetismo digital, cenário que potencializa a exclusão social contemporânea. Entretanto, acredita-se que os discursos utilizam estratégias que podem ter o propósito de revelar ou mascarar os objetivos das ações que são promovidas a partir deles, e assim sendo, esse fato requer de pesquisadores e de toda a sociedade brasileira, uma postura crítica no sentido de análise das relações entre “discurso – ação – resultado”, de forma que todos possam participar ou intervir nos processos de reconfiguração social.

Há alguns anos, Giddens [7] já chamava a atenção para as mudanças que acompanham a implantação das tecnologias nos diversos aspectos da vida humana, fenômeno que embora possa não ter sido produzido de forma intencional, traz uma nova configuração social e consequências sociotécnicas. Bourdieu [2], por sua vez, faz com que se pense na ID enquanto um campo de disputas sobre as configurações sociais: há correntes otimistas e pessimistas sobre o mundo em rede apoiado por TICs, ambas lutando por sua afirmação e negação das “concorrentes”, através de teorias ou ideologias que se embatem buscando coagir pensamento e ação na busca da mudança ou da manutenção dos paradigmas sociais.

Mesmo entre os entusiastas, tem-se diferentes correntes defendendo motivações diversas para a implementação das mudanças (por exemplo, a emancipação cidadã ou o desenvolvimento do capitalismo). O “pessimismo” relacionado ao uso dessas tecnologias, por sua vez, é geralmente associado à visão de novas formas de exercício de poder, controle, dominação e/ou exploração, que são favorecidos pela incorporação dos seus instrumentos na vida humana, além dos interesses econômicos advindos de um consumo generalizado (desde os mais ricos até os mais pobres), programado e desenfreado de aparatos e artefatos tecnológicos, e entre diversos outros aspectos humanos que seriam prejudicados devido ao uso de TICs e aos novos estilos de vida associados a elas.

Entendendo que esses grupos de teorias não se excluem (se complementam) [4, 11, 12], mas reconhecendo os limites de uma pesquisa, é necessário reforçar que as investigações apresentadas neste artigo se relacionam à análise das relações entre TICs, cidadania e inclusão. Assim sendo, essa percepção prioriza alguns aspectos na sua investigação, mas especificamente, projetos ou ações que objetivam apropriação das TICs para ações cidadãs e seus resultados nos processos de inclusão social, propondo-se a analisar aspectos “otimistas”, que motivam o uso das tecnologias com vistas às transformações sociais. Em outras palavras, esse artigo tem como objetivo analisar as relações entre ID, TICs e a promoção da cidadania e da inclusão social, através de um estudo de caso realizado no IFPB e, mais especificamente, do acompanhamento das ações de ensino-aprendizagem de TICs em alguns de seus programas de extensão que atuaram junto a escolas públicas.

2. CIBERCULTURA E INCLUSÃO

O formato em rede das sociedades modernas e as TICs trazem novos desafios à vida em coletividade, inclusive ao conceito de cidadania. Segunda Castells [4], pela primeira vez na história, a unidade básica da organização não é um sujeito individual nem coletivo: a unidade é a rede, formada de vários sujeitos e organizações, que modificam-se continuamente. De forma simples ou complexa, o conceito de rede é usado sempre que a ação é distribuída [10].

As sociedades contemporâneas trazem como uma de suas características mais evidentes a relação entre tecnologias e processos humanos, relação esta que permeia uma vasta gama de rotinas diárias, pessoais ou profissionais. As relações entre seres humanos conectados por mídias digitais dão origem a um processo que altera o que se entende por política, arte, economia e cultura [12]. Entretanto, enquanto algumas sociedades refletem sobre os direitos na internet, outras não conseguem garantir sequer os direitos humanos básicos.

O reconhecimento da importância das tecnologias para as sociedades, aliado a essa pressão mundial para que a população seja incluída digitalmente, tem acelerado a reflexão sobre como planejar e executar as ações neste sentido, e ainda sobre os seus resultados. A ID visa o planejamento e a execução de ações com o objetivo de permitir a participação de todos na sociedade da informação [19].

Os discursos em torno das ações de ID acentuam a necessidade de relacioná-las a temas como cidadania, direitos, inclusão social. Como exemplo, o discurso de ID do Governo do Brasil se relaciona à promoção da cidadania. O tema da ID tem crescido em importância para a inclusão social na medida em que a relação entre tecnologia e sociedade torna-se cada dia mais complexa [5], envolvendo diversos atores sociais, sobretudo os governos, na elaboração de políticas e programas de ID.

Incluir digitalmente deve significar a apropriação das tecnologias digitais por parte de todos, de forma que as sociedades apresentem conformações mais democráticas e sustentáveis. Em outras palavras, a ID traz diversos benefícios sociais, políticos, culturais e econômicos, enquanto a exclusão poderia representar prejuízos em todas essas perspectivas. A fenda que se abre entre incluídos e excluídos vai além do acesso e manuseio de tecnologias, e assim devem ser considerados os aspectos cognitivos de uso dessas tecnologias, o conhecimento sobre como se apropriar delas, enquanto cidadão.

A trajetória humana traz juntamente às técnicas e aos instrumentos, um conjunto de aspectos subjetivos, o que implica em colocar as TICs em dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas, no esforço de repensar conceitos como identidade, inclusão, integração e relacionar os atores sociais em modelos mais viáveis para vida em coletividades. Com as novas TICs as redes se tornaram um dos fenômenos sociais mais proeminentes da nossa era [3].

Nesse contexto, como a cibercultura e o ciberespaço “se encaixam” nas propostas de conformação das sociedades contemporâneas? Lévy [11] define como ciberespaço o meio de comunicação aberto que surge da interconexão mundial dos computadores, especificando não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também as informações que ela abriga e os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. A cibercultura, por sua vez, especifica o conjunto de

técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. Mais uma vez, os recursos materiais se colocam como instrumentos para viabilizar os recursos simbólicos, provenientes de paradigmas, como a cibercultura. O simbolismo é o maior responsável pela viabilização da implantação de um paradigma, por conduzir às mudanças estruturais e culturais. Deve-se compreender o ambiente que resulta da extensão das redes de comunicação para a vida social e cultural, pois dessa forma será possível desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista [11].

Com as TICs, diversos processos sociais passam a ser desenvolvidos em configurações que mesclam o mundo físico e o virtual. Nesse contexto, a exclusão digital se coloca como um fator que potencializa a exclusão social. Tratando o conceito de cidadania em relação com a cibercultura e o ciberespaço, ainda se faz importante entender que a cidadania é um valor (abstrato) que se realiza de modo distinto para indivíduos distintos (criança/adulto, homem/mulher, livre/apenado, pobre/rico, estrangeiro/natural, entre outras categorias).

A partir desse pressuposto, não se deve supor que qualquer tipo de tecnologia existente atualmente (ou em qualquer época) seja capaz de dar conta da cidadania e da inclusão social, sem considerar contextos próprios dos indivíduos em seus respectivos grupos ou subgrupos sociais. Pensando de forma crítica, o que poderia ser o significado da cidadania no mundo virtual? Sugere-se que é o sentido da atuação humana neste espaço que faz a diferença para os processos coletivos: é saber “o que fazer” e “como fazer” em termos cívicos que evidencia os benefícios do ciberespaço e orienta o percurso dos cibercidadãos.

Lévy [11] já dizia que o ciberespaço tornar-se-ia o principal laço de comunicação, de transações econômicas, de aprendizagem e de diversão das sociedades humanas, além de guardar as memórias das antigas culturas, e a daquela que nascerá das formas próprias da cibercultura. Nas sociedades contemporâneas, foram inventadas novas formas de viver, de se posicionar no mundo, de participar tanto passiva (recebendo informações e serviços) quanto ativamente (produzindo e publicizando informações, atuando em processos, contribuindo para a constituição do novo mundo, cada vez mais dinâmico). O mundo virtual representa uma experiência a partir das novas oportunidades proporcionadas pela incorporação das TICs aos processos humanos.

Se esse mundo é informacional, de produção e consumo de ideias e informações, e de comunicação, e ao mesmo tempo esfacelado em termos de diversidade, quem pode falar e ouvir? Que tipo de informação pode ser transmitida? Para Harvey [9], as lutas pela libertação, múltiplas, locais e autônomas que ocorrem no mundo pós-moderno tornam os discursos mestres ilegítimos. Dar a todos os grupos o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter essa voz aceita como autêntica e legítima é essencial para o pluralismo contemporâneo. Segundo Lévy [11], os mundos virtuais multiparticipantes são criações coletivas de seus exploradores, sendo que cada mundo virtual encontra-se potencialmente ligado a todos os outros, engloba-os e é contido por eles.

Diante da diversidade do humano, se Harvey [9] apresenta a necessidade de ampliação de vozes e discursos, Lévy [11] apresenta as suas possibilidades de realização, através da ideologia que é tomada como eixo central da cibercultura: o mundo virtual e aberto é construído de forma dinâmica pelos seus

artistas, que se interconectam através de suas obras. Esse mundo permite então que a sua construção se dê de forma coletiva, diante da multiplicidade de interpretações, sobre o que se reconfigura a cada instante.

Passa-se a lidar com novas orientações sociais, diante de um mundo complexo e fragmentado, que reconhece essas características e pensa e age de acordo com suas demandas. Mas o que mudou? Apesar do domínio do sistema capitalista, naturalmente opressor, as novas teorias sobre acesso a tecnologia acreditam que as TICs podem empoderar o indivíduo, os grupos, e potencialmente a sociedade, permitindo o monitoramento dos seus agentes, que passam a consumir, produzir e compartilhar informações, e a gerar conhecimento e, possivelmente, ações compatíveis com os seus valores e suas visões de mundo. Essa nova configuração de sociedade requer mudanças ou até transformações profundas em diversos campos, áreas e até mesmo ciências.

Sobre as mudanças na educação, Castells [4] já dizia que escolas e universidades, seriam as instituições menos afetadas pela lógica virtual, pois apesar da previsão de uso quase universal de computadores nas salas de aula, essas instituições não desapareceriam no espaço virtual, devido às suas funções estruturais e às particularidades de funcionamento: a qualidade das funções educacionais ainda está associada à interação pessoal; escolas de ensino fundamental e de ensino médio, além das funções educacionais, ainda são centros de atendimento infantil e/ou repositório de crianças; no caso de universidades, embora a Educação à Distância seja vista como estratégia a ser combinada com a presencial, ela não elimina ou supera as atividades presenciais.

Lévy [11] reflete sobre a relação entre a educação e a cibercultura, ressaltando a renovação dos saberes: a nova natureza do trabalho e da vida requer, cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimento; o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam e modificam numerosas funções cognitivas humanas, favorecendo novas formas de acesso à informação, novos estilos de raciocínio e de conhecimento; através dos documentos digitais, as produções podem ser compartilhadas, aumentando o potencial de inteligência coletiva dos grupos humanos. Para este autor, o cenário apresentado muda profundamente os dados do problema da educação e da formação, e requer novos modelos de espaço dos conhecimentos, emergentes, abertos, contínuos e em fluxo, de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular.

Então, a grande questão que a cibercultura põe à educação, não é nem tanto a passagem do “presencial” à “distância”, do “escrito/oral” à “multimídia”, mas a transição de uma educação estritamente institucionalizadas (escola, universidade) para a troca de saberes, “o ensino da sociedade por ela mesma, de reconhecimento autogerenciado, móvel e contextual das competências” [11].

Se a ID e o contato com as TICs são promovidos através de ações de educação, que valorizem a autonomia para qualificação cidadã e para uso contextualizado de acordo com necessidades e expectativas dos seus usuários, por exemplo, com propósito de comunicação descentralizada e horizontal, acredita-se que essas ações são mais efetivas, em termos de potencializar conformações sociais mais participativas e democráticas. Nesse contexto, as TICs devem permitir o debate social, dando voz aos diversos

grupos, confrontando visões de mundo e assim plurificando as ações de poder e contrapoder.

Pesquisas sobre o tema revelam que o processo de avaliação da ID no Brasil está incipiente, tanto no meio acadêmico como nas esferas de governo [5, 14, 18, 13] e reforçam que são imprescindíveis as reflexões quanto à efetividade e aos resultados alcançados pelo setor público e privado, quando disponibilizam TICs com o objetivo de relacioná-las a desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Em termos de políticas públicas, a efetividade ocorre à medida que se garantem as condições essenciais para realizar a “ID” enquanto exercício do direito à informação e à comunicação [15], dependendo de recursos físicos, digitais, humanos e sociais em dinâmicas de constante renovação. Para Gomes et al. [8], “o semáforo acadêmico indica o sinal verde” para os estudos das relações entre tecnologias e mudança social já que as TICs são inseridas em diferentes espaços, a partir de políticas municipais, estaduais e federais de ID. Além das políticas de governo, um conjunto de outras ações institucionais busca promover a conexão entre TICs e sociedades (algumas vezes, em relação com essas políticas de governo).

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que investiga a relação entre ações públicas de ID propostas por instituições de ensino e o uso cidadão de TICs. Um estudo de caso envolvendo o IFPB e comunidades parceiras, como duas escolas públicas, e que se conecta em alguns aspectos aos governos federal, estadual e municipal (através de políticas públicas de ID), analisa a potencialidade dessas ações públicas para promoção de uma ID democrática e voltada à valorização da cidadania e da inclusão social.

3. METODOLOGIA

Sobre as questões formais da pesquisa, as atividades voltadas ao desenvolvimento da tese se formalizam desde 2014, inicialmente como requisitos para doutoramento na UFCG, envolvendo dois pesquisadores, tendo um deles formação em Ciências da Computação e o outro em Antropologia.

Tendo o IFPB como base da pesquisa (local em que um dos membros da equipe tem vínculos laborais), as atividades da pesquisa maior, desenvolvida na UFCG, seguiram vertentes de pesquisa e extensão também no IFPB, a partir de 2015, envolvendo duas equipes de subprojetos de pesquisa e dois núcleos de extensão no IFPB, além dos parceiros desses núcleos, principalmente as comunidades.

Buscando alcançar o objetivo de investigar a relação entre ações públicas de ID propostas por instituições de ensino e o uso cidadão de TICs, a pesquisa prevê algumas atividades: revisão de conceitos teóricos do trabalho; identificação e análise de políticas institucionais e ações de ID ligadas a programas/projetos de extensão no IFPB; identificação das conexões entre essas ações de ID no IFPB e as políticas de governo; análise das diversas relações entre políticas institucionais, ações de ID, políticas de governo e a potencialização dos aspectos de cidadania e inclusão social.

Em termos metodológicos, a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, buscando investigar e relacionar variáveis como TICs, ID, cidadania e inclusão social. Como procedimentos técnicos, a pesquisa realiza estudo de caso no IFPB (incluindo suas relações interinstitucionais), com base na etnografia, a partir de

levantamento de dados, análise documental, bibliográfica e processual, e como instrumentos de coleta de dados, usa formulários (inclusive para entrevistas), observação sistemática e diário de campo. Esses procedimentos envolvem ações junto a formuladores, executores e beneficiários de ações de extensão no IFPB. Damatta [6] explica que em Etnografia existem três fases para a realização das pesquisas: a primeira é a teórico-intelectual, em que o pesquisador busca o conhecimento teórico, universal e mediatizado pelo abstrato e não vivenciado, adquirido através de livros, ensaios, artigos, todos vivenciados por outros pesquisadores; a segunda fase é o período prático, a antevéspera da pesquisa, voltada aos problemas concretos de execução das ações necessárias à preparação para o início do trabalho de campo; a terceira fase é a pessoal ou existencial, relacionada às lições que o pesquisador deve extrair do seu próprio caso, tratando as especificidades e a relatividade da sua própria experiência, devendo sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício.

A pesquisa utiliza como fontes de dados, referências bibliográficas e provenientes da internet, além de dados de entrevistas, conversas formais ou informais e observação participante. “História oral” é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar [17]. A história oral se faz por meio de entrevistas, registrando a experiência de um único indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Segundo Alberti [1], qualquer tema, desde que seja contemporâneo (isto é, ainda vivem pessoas que possam falar sobre ele) é passível de ser investigado através da história oral.

A abordagem utilizada é quali-quantitativa, buscando tanto definir indicadores de ID como interpretar os dados colhidos, com base nas evidências contextuais. O campo empírico é composto pelo IFPB e pelas instituições que se relacionam com suas ações de ID em termos de extensão (parceiros e governos); como locus de pesquisa, mapeiam-se os setores ligados às atividades de extensão do IFPB e algumas instituições parceiras observadas pelos pesquisadores.

Até o momento, a metodologia foi trabalhada com relação a várias etapas: revisão conceitual sobre cidadania, inclusão e exclusão; revisão das teorias sobre TICs, sociedade em rede, cibercultura e informacionalismo; levantamento das políticas de extensão no IFPB; observação participante em dois programas de extensão do IFPB; vivência junto a comunidades parceiras (inclusive escolas); entrevistas com três monitores e dezessete alunos de programas e projetos de extensão no IFPB; conversas formais/informais com seis monitores, onze técnicos administrativos e gestores/ex-gestores de extensão do IFPB, além do contato com mais de cem alunos envolvidos nas ações dos programas acompanhados pela pesquisa; análise parcial quali-quantitativa dos dados provenientes dos registros do trabalho de campo.

A metodologia a princípio não previu a intervenção dos pesquisadores nos programas de extensão do IFPB, entretanto, durante o trabalho de campo juntamente às equipes desses programas, observou-se o interesse de ampliação das discussões e ações relacionadas à pesquisa e à práxis de ID na instituição. Nesse contexto, os pesquisadores passaram a sugerir ajustes ou mudanças relacionadas à ID no IFPB. Enquanto trabalho antropológico, essa pesquisa protege a identidade dos pesquisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação dos pesquisadores no IFPB começou em 2015, quando a gestão da extensão revelou que estava tentando implantar um novo paradigma, que deveria nortear as ações de extensão e previa a revisão dos seus programas/projetos, incluindo aqueles ligados à ID. Esse cenário de mudanças favoreceu as parcerias entre a pesquisa e a extensão e algumas possibilidades de intervenção.

No espaço da extensão, havia uma nova forma de pensar e propor relações e ações, buscando efetivar o compromisso social do IFPB, através da produção e difusão do conhecimento na busca pela superação das desigualdades sociais [20]. A base do trabalho era a rede, a partir dos núcleos de extensão em todos os campi, que deveriam trabalhar de forma flexível e inovadora através da vivência dos seus membros junto aos parceiros sociais, e das reflexões contínuas sobre as suas relações, ações e resultados. Para os idealizadores do paradigma, a nova estrutura representava a sistematização de uma política de extensão baseada em uma postura dialógica e de compartilhamento entre extensionistas e “beneficiários”, na linha da educação popular e do conceito de extensão cidadã, onde o “beneficiário” se transforma em “parceiro” e participa de todo o ciclo de ações nos projetos (da concepção até a avaliação dos resultados). Conforme explicam Rodrigues e Batista [20], o trabalho era orientado por uma perspectiva Freiriana, vista pelos extensionistas como alinhada ao sentido da práxis junto às comunidades, e valorizada em trabalhos de ID, por sua efetividade nas ações educacionais, dada a importância de se levar em conta o contexto social no processo educacional, conforme pode ser exemplificado a partir de Santiago et al. [21]. Conforme Nazaré, Ribeiro e Frota [16], a busca por uma educação transformadora requer que as pessoas se sintam sujeitos ativos nos processos de um mundo pluralizado.

As principais bases que fundamentavam o paradigma de extensão em rede no IFPB podem ser vistas na Tabela 1.

Tabela 1 - Paradigma de extensão no IFPB

Teoria, conceito ou fenômeno	Implicações na práxis
Teoria da complexidade	Prática transdisciplinar e modelo recursivo de construção do conhecimento
Teoria das redes	Define os componentes de uma rede como nós ou pessoas, vínculos e fluxos das relações
Conceito de campo social	Espaço multidimensional de relações sociais entre agentes
Fenômeno da territorialização, desterritorialização ou reterritorialização	A rede é vista como um sistema aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes
Fenômeno da endoculturação ou aculturação	A rede busca conhecer a si mesma e aos parceiros, em termos de demandas e potencialidades, articulando diferentes saberes e práticas, dimensões da cultura e dos direitos humanos, compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais

Princípio da horizontalidade	Educação igualitária, em que educador e educando ensinam e aprendem, e não há beneficiários, mas sim, parceiros
Diálogo	Educação democrática a partir do diálogo e da leitura crítica do mundo e das palavras para emancipação social

Fonte: adaptado de [22].

Embora esse novo paradigma estivesse sendo implantado desde 2014, quando a nova gestão assumiu a extensão no IFPB, diversos programas/projetos ainda estavam começando a refletir sobre como alinhar suas propostas a essa perspectiva de trabalho. Entre 2015 e 2017, período em que os pesquisadores acompanharam as ações junto à extensão, dois programas relacionados ao uso de TICs com vias à ID firmaram parcerias com os pesquisadores e assim foram acompanhados em termos de ações.

O primeiro programa acompanhado foi o programa de extensão P1, que ofertava aulas de Informática Básica (IB) e Montagem e Manutenção de Computadores (MMC), desde 2012. Sua equipe era formada por um coordenador, servidor da instituição, e monitores, alunos de cursos de Computação ou Engenharia Elétrica (a quantidade de monitores variou entre 3 e 5, entre os anos de 2015 e 2017). Juntamente com equipes de parceiros institucionais e comunitários, a equipe do P1 compunha o núcleo de extensão N1. As ações do P1 e do N1 foram acompanhadas de 2015 a 2017. O segundo programa acompanhado foi o programa de extensão P2, que ofertava aulas e oficinas em Educomunicação (EC) através do uso de mídias digitais, desde 2016. Sua equipe era formada por um coordenador, servidor da instituição, e monitores, alunos de cursos de Comunicação e Design Gráfico (a quantidade de monitores variou entre 2 e 3, entre os anos de 2016 e 2017). Juntamente com equipes de parceiros institucionais e comunitários, a equipe do P2 compunha o núcleo de extensão N2. As ações do P2 e do N2 foram acompanhadas do final de 2016 a 2017. Ambos os programas relacionavam TICs com ações educacionais e foram acompanhados desde o momento em que se voluntariaram para a pesquisa, viabilizando reflexões críticas para potenciais intervenções.

Partindo da base teórica que orientava a pesquisa quanto aos conceitos de cidadania e inclusão social (que refletiam sobre direitos, identidades, solidariedade, integração social, emancipação, entre outros), e aos pressupostos de uso de TICs alinhado à cibercultura (formação de comunidades, autodesenvolvimento humano, inteligência coletiva, entre outros), estava montada a base conceitual para análise dos programas. A partir das orientações provenientes do novo paradigma de extensão e das políticas institucionais para a proposição de novos programas/projetos e revisão daqueles em andamento, acessavam-se os pressupostos institucionais que seriam utilizados como referência para complementar a análise dos programas. O fato de haver convergência entre valores e sugestões de ambas as perspectivas de análise favoreceu a definição de um eixo de orientação e intervenção junto às ações dos programas nos respectivos núcleos, que foram acompanhados durante as etapas de planejamento, execução, e avaliação das ações para repensar suas propostas.

Acompanhar o P1 no N1 resultou em deslocamentos entre equipamentos e ambientes distintos, pelos corredores do IFPB, por seus laboratórios de informática, salas de aula e de reuniões,

auditórios, e ainda ambientes comunitários, estabelecimentos comerciais, associações de bairro, feiras e lançamento de livro, como forma de os pesquisadores estarem mais próximos das pessoas ou comunidades externas que mantinham vínculos com o P1.

Em termos de base de análise, o P1 foi um programa que se manteve pouco aberto a mudanças em sua estrutura, pois acreditou que seu formato de ação se ajustava às necessidades de apropriação de TICs por comunidades em situação de vulnerabilidade ou por pessoas que precisavam de capacitação técnica para o mercado de trabalho, mas não podiam pagar pelos cursos.

Em termos de relações com parceiros, durante o período acompanhado, o N1 conseguiu estabelecer relações com uma comunidade, uma escola e alguns grupos específicos, como funcionários terceirizados no IFPB ou associações de profissionais, como aqueles voltados à segurança pública. Entretanto, o formato do P1 juntou alunos de grupos diferentes em uma mesma turma, de IB ou MMC, e assim as aulas realizadas foram em sua maioria voltadas ao desenvolvimento da técnica, sem representar demandas comunitárias específicas ou contextualizadas de acordo com os parceiros.

As ações nos cursos foram, em sua maioria, pontuais, e uma vez concluídos os cursos, ficou a impressão de que as relações entre as partes enfraqueceram ou findaram. As aulas aconteceram principalmente nos laboratórios de informática do IFPB, o que trouxe algumas dificuldades para comunidades que ficavam fisicamente mais distantes. Para acompanhar o contexto de uma das comunidades atendidas, em alguns poucos momentos, as ações do N1 ultrapassaram as fronteiras dos prédios do IFPB.

Embora tenha sido percebido um relacionamento aberto entre coordenação, monitores e alunos dos cursos, ainda se mantiveram as posições hierárquicas tradicionais coordenação-professor-aluno em termos de condução das aulas e de produção de conhecimento, em sua maioria técnico, e não aplicado a questões de cidadania.

Quanto aos principais pressupostos da cibercultura, entendeu-se que o formato das ações não fortaleceu de forma direta a formação de comunidades, já que as turmas foram em sua maior parte formadas por pessoas que vieram de lugares distintos, com trajetórias diversas, e uma vez que o trabalho foi mais técnico do que social, essas pessoas aprenderam a técnica de forma desconexa de suas realidades. Pode-se ainda dizer que o conteúdo dos cursos poderá apoiar essas pessoas na realização dos aspectos técnicos relacionados aos processos sociais e à vida, o que indiretamente talvez possa contribuir para o autodesenvolvimento humano e a inteligência coletiva, mas que contribuições sociais de mais amplo alcance não foram evidenciadas pela ação.

Acompanhar o P2 no N2 resultou em um pouco mais de diversidade: levar computadores, smartphones, equipamentos de fotografia e filmagem, até ambientes comunitários urbanos e rurais; atravessar muita estrada de barro e muito sol, visitar assentamentos rurais, conversar com agricultores, líderes comunitários e suas comunidades, refletir sobre o paradoxo que tenta combinar mais de três mil torres eólicas e sua expressão de modernidade com o verde bucólico da zona rural; ou andar de balsa para chegar a uma comunidade de praia, experimentar vivências em escolas públicas, realizar aulas de campo diante do mar ou no meio da rua; fazer refeições junto com esses parceiros e dormir em alojamentos improvisados, nas comunidades visitadas,

dividindo com elas visões de mundo, planos, sonhos, ou mesmo estratégias de sobrevivência, praticando juntos a teoria da dívida na práxis (dar, receber e retribuir).

Em termos de base de análise, o P2 foi um programa que se manteve aberto às intervenções, e se traduziu através do cunho político, buscando levar ao público interno e externo o trabalho com EC. A ideia foi levar a essas pessoas os recursos das mídias digitais e da comunicação de forma educativa e autônoma, as possibilidades de produção e divulgação dos discursos emancipatórios ou referentes às diversas visões de mundo, que poderiam disputar audiência na internet. Assim sendo, para a equipe do programa, ouvir as pessoas sobre possibilidades de efetivação desses objetivos era algo naturalmente bem vindo, inclusive necessário, pois os processos deveriam ser endógenos. Durante a pesquisa, o P2 somou às suas ações de EC algumas ações em ID sugeridas pela intervenção da pesquisa, e assim o núcleo N2 contemplou um conjunto mais amplo de possibilidades de ações (como oficinas de produção de textos, além das oficinas de produção de vídeo, ambas voltadas à EC).

Em termos de relações com parceiros, durante o período acompanhado, o N2 conseguiu estabelecer relações com uma Organização Não Governamental (ONG) e, através dela, com quatro comunidades rurais, e ainda com uma escola e com alguns grupos internos de docentes e professores dos campi do IFPB.

O programa teve um formato flexível e assim as aulas ou oficinas realizadas foram voltadas ao desenvolvimento da técnica de uso das mídias digitais, mas de forma contextualizada às demandas comunitárias específicas apontadas pelos parceiros no N2. As ações foram, em sua maioria, contínuas, e a cada passo dado foram planejados ou revisados os próximos, construídos de forma democrática, coletiva e colaborativa, e todos os envolvidos puderam sugerir alternativas para as ações. As relações com os parceiros começaram, mas não tiveram um fim programado, pois tudo ocorreu conforme as demandas e a viabilidade das ações. As aulas aconteceram principalmente ao ar livre, em campo, em território comunitário, e poucas vezes em espaços do IFPB, o que trouxe algumas facilidades para que as comunidades pudessem prosseguir com as ações e facilitou a reflexão sobre os temas geradores das ações contextualizadas, que foram vivenciados in loco.

Nas relações entre os membros das equipes do N2 e dos parceiros, desapareceram as posições hierárquicas tradicionais “coordenador-professor-aluno”, pois todos consideraram estar em processo de aprendizagem, através da troca de saberes, tanto técnicos como de cidadania.

Quanto aos principais pressupostos da cibercultura, entendeu-se que o formato das ações fortaleceu de forma direta a formação de comunidades, já que cada conjunto de ações foi direcionado a um grupo específico, de acordo com as suas demandas comunitárias, e assim os aspectos técnicos puderam ser conectados às suas realidades. Uma vez que o modelo de ações no P2 esteve diretamente conectado aos temas geradores comunitários, que alimentaram as atividades técnicas, durante conversas, aulas e oficinas, pode-se dizer que as pessoas foram levadas a conhecer esses temas mais de perto, de forma ligada aos aspectos de cidadania, o que sugeriu uma contribuição direta ao autodesenvolvimento humano e à inteligência coletiva. Considerando ainda que as atividades do N2 incentivaram não apenas a construção de vídeos, imagens e textos sobre temas de cidadania, mas também a publicização desses conteúdos na web, o

conhecimento produzido e suas visões de mundo poderão ser acessadas a qualquer momento, pelos cibernavegadores, o que pode ser visto como uma contribuição de amplo alcance social.

Para exemplificar as ações nos dois programas e núcleos, podem ser feitas algumas ponderações mais específicas, através das relações estabelecidas com suas escolas parceiras, conforme pode ser visto na Tabela 2. No caso do P1, através do N1, a parceria foi montada com a Escola1 (escola localizada em João Pessoa). No caso do P2, através do N2, a parceria foi montada com a Escola2 (escola localizada em Lucena). Ambas as escolas pertencem a redes públicas, sendo voltadas ao ensino fundamental e médio. A Escola1 pertence à rede municipal, enquanto a Escola2 pertence à rede estadual.

Tabela 2 – Educação digital através de parcerias com escolas

Relação Programa/Núcleo de Extensão-Escola		
Parceiro social	P1	Escola1 (localizada em João Pessoa)
	P2	Escola2 (localizada em Lucena)
Característica da relação	P1	Relação caracterizada por contatos mais burocráticos e oficiais, em território do IFPB
	P2	Relação caracterizada por vivência, principalmente em território comunitário
Construção das ações	P1	N1 e Escola1 negociaram a quantidade de vagas da turma de IB para os alunos da escola
	P2	N2 e Escola2 executaram juntos todo o ciclo das ações de EC e ID na escola (planejamento, execução, avaliação, retroalimentação), sendo todas essas fases abertas à participação dos alunos (a maior parte da comunicação fluiu através de um grupo no aplicativo WhatsApp, aberto à equipe do P2, demais parceiros e toda a Escola2 – diretores, professores e alunos envolvidos)
Execução das ações	P1	Público alvo: os alunos da Escola1 frequentaram as aulas juntamente com os demais alunos da turma, provenientes da lista de espera aberta ao público; Formato: modelo pré-definido pelo programa (os principais temas das aulas foram internet, editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentação de conteúdo); Estrutura: as aulas aconteceram em laboratório de informática, com uso de projeção de conteúdo e prática em computadores e preservaram os papéis tradicionais de professor e aluno.
	P2	Público alvo: as ações foram realizadas apenas com os professores e alunos da Escola2, de forma customizada às suas demandas; Formato: as aulas e oficinas (baseadas em

		produção de conteúdo principalmente através de imagens e vídeos, mas também de texto) foram conduzidas pelas equipes do P2, parceiros e de professores da Escola2, juntamente com os alunos, e feitas de forma flexível, abertas ao diálogo, e alguns casos replanejadas em tempo real, a partir de novas sugestões; Estrutura: as ações aconteceram em laboratórios de informática, auditórios, salas de aula, quadras, mas principalmente em campo (em frente à escola, residências comunitárias, instituições externas, na praia, em praças e ruas da cidade, entre outros) de forma dialógica e reflexiva quanto aos aspectos de cidadania, e em termos técnicos, predominando a prática em celulares; nesse formato, o modelo tradicional professor-aluno foi desconstruído, dando lugar ao compartilhamento de saberes.
Impressões sobre as ações	P1	Os principais resultados diretos foram as certificações dos alunos, o conhecimento adquirido em TICs, a experiência vivida por todos os envolvidos (equipe do P1, um parceiro interno e alunos da Escola1)
	P2	Os principais resultados diretos foram os materiais produzidos para a web, o conhecimento adquirido em TICs e cidadania, a experiência vivida por todos os envolvidos (equipes do P2 e da Escola2 e demais parceiros internos e externos)
Alcance quantitativo aproximado	P1	Aproximadamente dez alunos da Escola1, um parceiro interno do IFPB e três membros da equipe do P1 (coordenação e monitores).
	P2	Aproximadamente oitenta alunos, oito professores e um diretor da Escola2, vários parceiros externos (ficou difícil contabilizar esses parceiros, pois as ramificações das ações, principalmente em campo, tiveram um grande alcance), dois parceiros internos do IFPB e três membros do P2 (coordenação e monitores).
Futuras ações previstas na relação?	P1	Não há ações previstas para essa parceria
	P2	Estão previstas algumas atividades na relação: apoio do N2 (P2 e parceiros) na implantação de um núcleo de tecnologias e mídias na Escola2, para atender às demandas das disciplinas curriculares; apoio do N2 (P2 e parceiros) na multiplicação do conteúdo de EC e ID nas comunidades vizinhas à Escola2.

Fonte: próprio autor

Durante o período acompanhado pela pesquisa, o programa P1 já atendeu sessenta e nove pessoas nos cursos (2015 e 2016) e a

expectativa é de fechar o ano de 2017 com aproximadamente mais cinquenta pessoas, o que daria uma expectativa de cento e vinte pessoas no triênio.

Uma vez que o acompanhamento do programa P2 em campo se deu em apenas em 2017, não há um número fechado de pessoas envolvidas, mas a expectativa é de fechar este ano com aproximadamente noventa pessoas acompanhadas diretamente nas ações de aulas e oficinas, aproximadamente cinquenta contatadas em comunidades com ações pontuais sobre EC e ID, e um número difícil de contabilizar de pessoas envolvidas indiretamente nessas ações, nos trabalhos de campo.

Sobre as relações entre as ações dos programas P1 e P2 com as políticas públicas de governo, perceberam-se algumas conexões. A estrutura do P1 herdou características de programas precursores da ID no Brasil, propostos a nível federal, e que se desdobraram em propostas estaduais e municipais, voltadas ao acesso à infraestrutura e à qualificação técnica em TICs. Historicamente e ainda durante o período da pesquisa, puderam ser percebidas relações de parceria entre o P1 e instituições do governo municipal na oferta dos cursos. Entretanto, deve-se ressaltar que os programas de ID e nível federal fazem parte de políticas maiores, que se propõem a trabalhar de forma transversal a infraestrutura, a produção de conteúdos, a qualificação técnica e aspectos humanos, como ações voltadas à cultura, à economia, e outros aspectos de cidadania. Essa análise reforça a sugestão de que o P1 poderia fortalecer a efetividade de suas ações, caso trabalhasse os projetos sociais de forma mais ampla.

O P2, por sua vez, mostrou-se como uma proposta mais diferenciada de ação para ID, especialmente por sua flexibilidade em termos de ações. Sobre as conexões com as políticas de ID, embora tenha apresentado cunho mais político e foco na comunicação, através da pluralidade de ações desenvolvidas no núcleo de extensão N2, aproximou-se das bases das ações gerais de programas de ID propostos pelo governo federal, no sentido de que promoveu acesso às TICs, evidenciou a produção de conteúdo e a qualificação transversal, abordando aspectos técnicos e educação cidadã.

Em termos de conexões mais diretas com as políticas de ID, o P2 se deparou com algumas dificuldades para realizar as suas ações, uma vez que em sua maioria as ações não fizeram uso da infraestrutura do IFPB. Em alguns cenários, o P2 buscou infraestrutura física de hardware (por exemplo, laboratórios de computadores ou centros de informática em comunidades) e de rede (por exemplo, conexões a partir da internet), mas se deparou com a inexistência ou o não funcionamento desses recursos, fatos explicados sob a visão das comunidades.

A inexistência dos recursos, em alguns casos, foi atribuída à descontinuidade de programas de ID de governos estaduais ou municipais. O não funcionamento, por sua vez, foi colocado como precariedade técnica dos recursos disponibilizados (por exemplo, por falta de manutenção ou de atualização) e/ou descaso dos governos com relação à assistência às comunidades beneficiárias dos programas. Em alguns contextos, as comunidades se sentiram “obrigadas a pagar” por bens que deveriam ser providos pelo Estado, pois essa era a sua “única alternativa para fazer parte do mundo digital”.

5. CONCLUSÕES

Os pressupostos teóricos sobre do século XXI sugerem que os processos educacionais (referentes a ensino, pesquisa, inovação e, principalmente, extensão) desconstruam os modelos pré-formatados dentro de instituições de ensino e observem “o mundo lá fora”. Em algumas áreas que envolvem o uso de tecnologias, como a Informática, torna-se necessário abandonar os modelos de “ações padronizadas e predefinidas” (como cursos de qualificação técnica) ou repensar os modelos de geração de produtos “para usuários” (como um sistema de software), especialmente quando se fala em trabalhos junto a comunidades, em cenários de ações de extensão.

Em países de extrema polarização social, como o caso do Brasil, por se conformarem a partir das demandas da sociedade, as ações de extensão podem ser pensadas como propostas de combate à desigualdade, de criação de oportunidades para acesso a bens públicos e direitos, ou de efetivação da cidadania. Em nenhum desses contextos faz sentido pensar as comunidades envolvidas nas ações como seres exógenos ou beneficiários de produtos pré-formatados e, por sua vez, também não faz sentido pensar as propostas de trabalho como pontuais (não continuadas) e descontextualizadas. A conexão entre comunidades e ações deve ter em vista a potencialização da cidadania e da inclusão social, o que implica em estabelecer parcerias com essas comunidades e trazê-las para o ciclo das ações.

Resgatando-se a proposta da pesquisa, pode-se dizer que o novo paradigma de extensão se coloca como um esforço institucional na convergência da técnica e do contexto em programas participativos e conduzidos pelos interessados, especialmente as comunidades externas. Essa proposta de mudança leva o IFPB a se repensar enquanto instituição de ensino, pesquisa, inovação e extensão, e assim buscar sua atualização conceitual e de práxis, como forma de acompanhar as transformações de paradigmas sociais. Entretanto, durante a pesquisa, assim como qualquer mudança paradigmática, essa nova forma de pensar a extensão apresentou fendas entre as concepções antigas e as novas, fazendo com que alguns programas ainda precisem se debruçar sobre as suas propostas, caso pretendam se ajustar aos pressupostos da nova rede.

Sobre os programas estudados, as intervenções junto ao P1 ressaltaram seus pontos fortes e a sua importância para as ações de ID, mas também tentaram apresentar os principais problemas do programa, sob perspectiva diversas: para gestão da extensão, o programa tinha um alto custo que se agravava diante da evasão nas turmas e do fim da relação com os egressos, e assim o programa deveria ser redefinido em termos de atender a comunidades, de forma continuada e contextualizada, através de relações horizontais e dialógicas, com protagonismo comunitário para emancipação; para os alunos, o desejo de continuar aprendendo e se desenvolvendo pedia que o P1 propusesse sempre novas ações (além dos cursos de IB e MMC); para a pesquisa, embora o P1 fossem um programa importante no sentido de ofertar cursos gratuitos para pessoas que em sua maioria não poderiam pagar por eles, as suas ações poderiam ser mais efetivas, se fossem além da alfabetização digital e do contato com os aspectos físicos dos computadores, sendo contextualizadas em termos de cidadania, apresentando as potencialidades das TICs enquanto estratégias para empoderamento e proposição de ações em termos políticos, sociais, culturais e/ou econômicos, ampliando o sentido do seu uso.

Quanto ao P2, as principais intervenções feitas pela gestão da extensão e pela pesquisa apontaram a importância de reforçar a qualificação em cidadania nas aulas e oficinas propostas e a aproximação com as comunidades parceiras, como forma de alinhar as ações do programa às suas identidades. Quanto aos participantes das atividades nas comunidades, praticamente não havia sugestões de mudanças, pois eles já faziam parte do processo de proposição de ações e assim tinham voz para propor as mudanças durante as ações. Entre as etapas de ações continuadas, alguns participantes pediram que “a equipe do IFPB não os deixasse”, para que os seus projetos de EC e ID não morressem. Embora as parcerias entre o N2 e as comunidades fossem perenes, esse fato despertou na equipe do P2 e dos parceiros internos a importância de reforçar o sentimento de autonomia nas comunidades, de forma que elas pudessem promover seu autodesenvolvimento e ainda fossem multiplicadoras das ações.

Durante o período da pesquisa, apesar das sugestões apontadas pelos diversos agentes envolvidos com o P1, este programa manteve as ações para o público externo praticamente no mesmo formato, através dos cursos pré-definidos de IB e MMC (foi percebida a introdução de uma palestra sobre algum tema em cidadania ao longo dos cursos, mas nenhuma outra mudança). Os monitores, por sua vez, puderam participar de oficinas com foco em cidadania e projetos sociais, como forma de impulsionar ajustes futuros no programa.

O P2, por sua vez, se manteve em constante avaliação e retroalimentação, em termos de ações, a partir das experiências junto às comunidades e das intervenções da pesquisa. Seus monitores também puderam participar de oficinas com foco em cidadania e projetos sociais, e as reflexões desses momentos devem ter reforçado sentimentos e percepções que eles já possuíam sobre o desenvolvimento de trabalhos continuados com comunidades parceiras.

Os resultados da pesquisa durante os anos de 2015 a 2017 sugerem que as ações de ID pontuais e não contextualizadas, e que evidenciam o acesso à infraestrutura e a qualificação técnica em TICs dos envolvidos, não são suficientes para promover a cibercultura, a cidadania e a inclusão social, pois não promovem a competência informacional e a inteligência coletiva, imprescindíveis à autonomia e à emancipação para os processos participativos e democráticos idealizados pela sociedade em rede.

A ID efetiva requer sentido, e assim, supõe a formulação de políticas e ações provenientes de demandas próprias, executadas a partir de relações horizontais e de protagonismo das comunidades nos ciclos dessas ações, que devem ser voltadas à qualificação técnica a partir dos temas geradores provenientes de várias visões de mundo e das diversas perspectivas de cidadania.

Algumas dificuldades constatadas pela pesquisa para o desenvolvimento das ações nos núcleos N1 e N2 foram cortes em orçamentos feitos ao nível de governo federal, o que inviabilizou algumas ações que precisavam, por exemplo, de transporte para levar os extensionistas em visitas a comunidades mais distantes, inclusive fora da cidade de João Pessoa. Outro aspecto difícil para a pesquisa foi propor as intervenções no ambiente de trabalho de um dos pesquisadores, sem que houvesse desgaste em relações pessoais/profissionais.

Como trabalhos futuros, serão continuadas as análises das ações de ID no IFPB, tanto nos programas que já estão sendo

acompanhados como em outros que por ventura se candidatem à pesquisa, como forma de identificar indícios de efetividade em estruturas de ações já desenvolvidas, e a partir deles propor eixos-base que possam ser reusados para futuras ações.

6. REFERÊNCIAS

- [1] Alberti, V. (2005) Manual de História oral, 3ª. ed., RJ: Editora FGV, p. 29-41 e 81-138. 2005.
- [2] Bourdieu, P. (1983). Pierre Bourdieu: sociologia / organizador [da coletânea] Renato Ortiz. São Paulo: Ática.
- [3] Capra, F. (2008) “Vivendo redes”. In: O tempo das redes. São Paulo: Perspectivas.
- [4] Castells, M. (2000) A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra.
- [5] Corrêa, R.A.A (2007) Construção Social dos Programas Públicos de Inclusão Digital. Brasília: Universidade de Brasília. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia).
- [6] Damatta, R. (1978) “O Ofício do Etnólogo ou como ter Anthropological Blues”. In: Nunes, E.O. (org.), A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.
- [7] Giddens, A. (1991) As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- [8] Gomes, F.A. et al. (2016) Uca na Boca da Mata. R. Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa.
- [9] Harvey, D. (1994), Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola.
- [10] Latour, B. (2011) Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-Network Theorist. International Journal of Communication.
- [11] Lévy, P. (1999) Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34.
- [12] Martino, L.M.S. (2015) Teoria das Mídias Digitais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- [13] Mattos, F.A.M.; Chagas, G.J.N. (2008) Desafios para a inclusão digital no Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 1, 67-94, jan.-abr.
- [14] Medeiros Neto, B.; Miranda, A.L.C. (2010) Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa Gesac e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. Universidade de Brasília. Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.81-96, jan./jun.
- [15] Mori, C. K.. (2011) Políticas públicas para inclusão digital no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília.
- [16] Nazaré, W.B.; Ribeiro, M.B.; Frota, V.B. (2016) “Um modelo interdisciplinar com ênfase na inclusão da informática na formação básica e média”. In: Nuevas Ideas en Informática Educativa, Volumen 12, p. 511 - 516. Santiago de Chile.
- [17] Queiróz, M. I. P. (1998) “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In: Von S., Olga M., Experimentos com Histórias de Vida. SP: Vértice, Editora dos Tribunais, pp. 14-43.
- [18] Rodrigues, A.V.; Maculan, A. M. D. (2013) Indicadores de Inclusão Digital. TIC Domicílios e Empresas 2012. São Paulo: CETIC.BR.

- [19] Rodrigues, N.N. et al.(2011) Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicadas à Terceira Idade. In: Workshop de Informática na Escola, Aracajú.
- [20] Rodrigues, N.N.; Batista, M.R.R. (2017) Tecnologias Digitais e Cidadania: visões e políticas públicas relacionadas à inclusão digital em João Pessoa. In: Congresso Brasileiro de Informática na Educação - Workshop de Informática na Escola, Recife.
- [21] Santiago, L.B.M. et al. (2016) O uso das Tecnologias Digitais na busca da superação do analfabetismo. In: Congresso Brasileiro de Informática na Educação, Uberlândia.
- [22] Sousa, B.A.; Medeiros, V.M. (2016) Rede rizoma: movimento de extensão no IFPB. João Pessoa, PB: IFPB.